

64º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

MOZAGO recebeu mais de 37 milhões de meticais pelo trabalho feito no complexo residencial da ré Ângela Leão

- O tribunal que julga o maior escândalo financeiro da história de Moçambique está a enfrentar dificuldades para localizar alguns declarantes que têm ligação com factos que são imputados à ré Ângela Leão. Trata-se de representantes de empresas que prestaram alguns serviços nas diferentes obras de construção civil pertencentes à ré Ângela Leão, esposa do também réu Gregório Leão, antigo Director-geral do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE).



Miguel Alberty, gerente da empresa MOZAGO

Audição de declarantes que têm ligação com Ângela Leão começou na semana passada, precisamente na retoma das sessões do julgamento, após a interrupção verificada em meados de Dezembro. Devido às dificuldades em localizar alguns declarantes, o tribunal teve que fazer algumas alterações no calendário, mas manteve a audição do antigo Presidente da República Armando Guebuza para 17 de Fevereiro, por sinal último dia de audição de declarantes.

Depois da audição de Guebuza segue a fase de apresentação das alegações finais por parte do Ministério Público e da defesa. O juiz Efigénio Baptista avisou ontem que o julgamento não será interrompido para dar tempo aos intervenientes processuais prepararem as suas alegações finais. “Durante a interrupção que tivemos devido à COVID-19, tiveram muito tempo para preparar as alegações orais. E, devido à ausência de alguns declarantes, nos dias 7 e 8 de Fevereiro não haverá sessões. Então, esses dias também podem ser aproveitados pelos intervenientes processuais para prepararem as suas alegações finais”.

Ontem, o tribunal ouviu Miguel António Guimarães Alberty, único declarante que compareceu ao tribunal. Gestor de profissão, Miguel Alberty é gerente da MOZAGO, empresa criada em 2012 e vocacionada na construção civil, sobretudo de escritórios e agências bancárias. O declarante disse que

conheceu os réus Fabião Mabunda e Ângela Leão em 2014, no âmbito dos trabalhos de construção civil que a MOZAGO prestava no complexo residencial do casal Leão, localizado no bairro Jonasse, posto administrativo da Matola Rio, distrito de Boane, província de Maputo.

A M Moçambique Construções, empresa do réu Fabião Mabunda, pagou um total de 20.365.000 meticais à MOZAGO, um valor relacionado com trabalhos de acabamentos, nomeadamente ladrilhos, coberturas, pintura, barramento de paredes, portas, janelas, etc. A MOZAGO também recebeu directamente da ré Ângela Leão um valor de 15.198.000 meticais para prestar os mesmos serviços de acabamento na obra de Jonasse.

O declarante Miguel Alberty disse que nunca soube porquê é que a M Moçambique Construções tinha que pagar facturas de uma obra pertencente a outra pessoa, na circunstância Ângela Leão. “Numa conversa informal fui informado que a M Moçambique Construções tinha recebido um valor de adiamento para as obras de construção do complexo residencial de Jonasse. Uma vez que a M Moçambique Construções foi substituída antes de ter feito todo o trabalho que já havia sido pago, então teve de devolver a diferença, pagando as facturas da MOZAGO”.

Para a execução do trabalho no complexo residencial de Jonasse, a empresa MOZAGO

e a ré Ângela Leão não assinaram nenhum contrato. “Apresentamos mapa de quantidades e o preço dos trabalhos a executar”. No total, a MOZAGO recebeu da M Moçambique Construções e da ré Ângela Leão um total de 37.500.000 meticais. O Ministério Público acredita que o dinheiro usado pela M Moçambique Construções para pagar despesas da ré Ângela faz parte dos subornos pagos pelo grupo Prinvest a favor do antigo director-geral do SISE.

Quando ainda se encontrava a executar os trabalhos em Jonasse, a MOZAGO foi informada de que devia abandonar a obra, sem nenhuma justificação. “Fomos apanhados desprevenidos. Tínhamos cerca de 40 trabalhadores na obra. Tínhamos material que havíamos comprado especificamente para aquela obra, por isso pedimos que nos devolvessem o dinheiro. Fizemos acerto de contas, mas não chegamos a um acordo. O valor rondava nos cinco ou seis milhões de meticais, mas só nos pagaram 1.300.000 meticais”.

A MOZAGO ficou com o material que era constituído por candeeiros, relva artificial e banheiras. “O material foi encomendado na África do Sul e Portugal e só seria aplicável naquela obra. Passado um ano, a Teixeira Duarte, empresa que nos substituiu na obra, contactou-nos para comprar o material. Venderam por cerca de quatro milhões de meticais”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

